

O governador de São Paulo, Geraldo Alkimin (PSDB), provou, através do modelo implantado na SABESP, que as empresas estaduais podem ser eficientes.

Unanimidade

Sociedade brasileira mobilizada contra proposta de FHC para o Saneamento

O projeto de lei do Executivo 4.147/01 – que defende e cria regras para a privatização do setor de Saneamento – chega à Comissão Geral da Câmara dos Deputados no próximo dia 23 de outubro, trazendo um rastro de insatisfações. Há conflitos políticos, jurídicos e técnicos irreconciliáveis em jogo, que estão dividindo o governo, a sua base parlamentar, prefeitos, principalmente, de grandes centros urbanos e governadores. Lado a esta insatisfação generalizada, temos ainda a igreja e outros setores mais progressistas da sociedade protestando contra o projeto de Lei do Executivo. Na verdade, pela pri-

meira vez em muito tempo, FHC conseguiu uma unanimidade: toda a sociedade brasileira é contra a sua política para o setor de Saneamento Básico. E em todo o país, cerca de 10 mil pessoas se mobilizam para invadir, nos próximos dias 23 e 24 de outubro, as galerias da Câmara dos Deputados e protestar contra a política de FHC.

Os conflitos são maiores ainda agora que o próprio partido do governo assumiu que não aceita o PL 4.147/01. Em São Paulo, o governador Geraldo Alkimin (PSDB/SP) resolveu intervir na briga, alegando que a Companhia Estadual de Saneamento do Estado de São Paulo - SABESP – é um exemplo vitorioso de uma empresa estadual. Logo, a previsão é de que a bancada paulista “jogue pesado”, para evitar que os prefeitos consigam colocar no

texto final da lei que a titularidade dos serviços é apenas municipal.

Em Vitória, o prefeito Luíz Paulo Vellozo Lucas (PSDB/ES), um dos coordenadores da Frente Nacional dos Prefeitos, diz que o governo FHC está com uma política totalmente equivocada com relação ao setor de Saneamento Básico: “A privatização das companhias estaduais por si só é um equívoco. O governo FHC não avançou em questões como o Desenvolvimento Urbano. Antes de mais nada, o Brasil precisa de uma política de desenvolvimento urbano, e o Saneamento Básico dever ser inserido nesta política. Na verdade, se aprovado, este projeto de lei vai criar mais confusão jurídica. Uma lei ordinária não pode afrontar a Constituição, e esta é clara, quando define como municipal a titularidade dos serviços de Saneamento”.

Associação dos Empregados de
Nível Universitário da CEDAE

Rua Sacadura Cabral, 120, Grupo
1004, Centro Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 263-6240
Telefax: 253-7482
Internet: aseac1@ism.com.br
Home Page: aseac.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente

Dario Mondego

Diretor Vice-presidente

Paulino Cabral da Silva

Diretor Administrativo

Júlio César Oliveira Antunes

Diretor Financeiro

Edson Reis da Silva

Diretor de Comunicação

Flávio José Soares de Moura

Diretor Técnico

Claudino Victor R. E. Santo

Diretor Social

César Lima da Graça

Diretor Jurídico

Aloysio Gomes Feital Filho

Diretor Adjunto

Flávio de Carvalho Filho

CONSELHO DIRETOR

**Representante dos
Administradores**

Luziete Francisca da Silva

Advogados

Sueli Kolling Turano

Aposentados

Maria Christina Piragibe

Maria Carmem M. Almeida

Nelson Martins Portugal

Armando Costa Vieira

Edison Bittencourt Rosa

Arquitetos

Marilusa de Andrade da Fonseca

Sócios Aspirantes

Wagner Gonçalves Mondego

Demais Categorias

Antonio Bastos de Oliveira

Economistas

Firmino Gustavo Gamaeleira

Engenheiros

Daisy Cristina de A. Menezes

Sidney do Valle Costa

Sidney Werneck dos Santos

CONSELHEIROS NATOS

Antônio Inácio da Silveira, Walnry

Bitencourt de Oliveira, Emy

Guimarães de Lemos, João Carlos

do Rego Pinto, Renato Lima do

Espírito Santo e Carlos Henrique

Soares de Menezes e Jaime Dutra

Noronha.

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Aloísio Souza da Silva,

José Alberto Burd e Gerson Pereira

L. Nascimento. **Suplentes:** Antônio

Bastos de Oliveira, Jorge Rodrigues

Leitão e Leon Ambram

Jornalista Responsável

Anne Sampaio

MTB: 13.773 / RJ

Design Gráfico

J. Paulo Carneiro

Edição de Setembro de 2001

Tiragem: 2.000 exemplares

Opinião

O processo de globalização tem mão única

Transcrito do Jornal "O Globo"

**CARLOS BRANDÃO
E JOÃO ARY DE LIMA BARROS***

Ainda não foram aprovadas, pelo Congresso, as condições para investimentos estrangeiros no Brasil em instituições financeiras nacionais.

Entretanto, a partir do Plano Real, vem o governo autorizando não só a abertura de novas agências de bancos estrangeiros como, principalmente, transferindo para esses o controle acionário de vários bancos até então brasileiros, inclusive bancos conceituados, como se comprova pelo grande crescimento dos depósitos dos referidos bancos estrangeiros e suas filiais em nosso país: até 1996, participavam com 5,98% do total geral dos depósitos em reais; no início de 2001, esse percentual mais do que dobrou, elevando-se para 14,8%, equivalentes a cerca de 40% de participação estrangeira no total de depósitos dos bancos privados. Até o fim deste ano, estima-se que essa participação ultrapasse 50% dos depósitos. Autorizações que não as de reciprocidade transformam em letra morta artigos da Constituição, sem que sejam conhecidas claramente suas justificativas.

Os bancos estrangeiros aqui estabelecidos captam recursos financeiros nacionais para com eles produzir seus lucros (que aliás têm sido notáveis), mas, diferentemente dos bancos brasileiros, "exportam" esses lucros, os quais irão, como é natural, engordar os dividendos de seus acionistas no exterior – agravando as condições já desfavoráveis de nosso balanço de pagamentos. Fica difícil entender quais são os objetivos governamentais ao adotar essa política de transferir parte da capacidade de multiplicação da moeda brasileira (moeda escritural) de bancos nacionais para bancos estrangeiros, sem uma definição clara e prévia, aprovada pelo Congresso, como previsto em nossa Constituição, de quais os limites dessa participação e, mais ainda, sem a aprovação das novas leis necessárias à redefinição das atividades do Banco Central e de nosso sistema financeiro como determina, também, a nossa Carta Magna.

A crise do sistema bancário brasileiro, ocorrida após a implantação do Plano Real, seria motivo mais do que suficiente para apressar a alte-

ração do artigo 192 da Constituição, o que teria evitado a desnacionalização do sistema financeiro. Só agora, depois da porta arrombada, está o governo interessado em agilizar junto ao Congresso, onde o assunto se encontra em Segunda votação, nova redação para o referido artigo.

Bancos comerciais e outras instituições financeiras que a eles se equiparam, por receber depósitos à vista, desempenham um papel peculiar, único, na economia de um país capitalista, democrático, qual seja o de repartir com o governo, num sistema de reservas fracionário, a capacidade de multiplicar meios de pagamento. A quantidade de dinheiro em circulação emitida pelo governo, via Banco central, corresponde apenas a um percentual menor do total dos meios de pagamento, cuja maior parte é composta de moeda escritural em depósito nos bancos comerciais. Daí a delicadeza da situação, quando essa capacidade se transfere, além de um certo limite, de bancos brasileiros para bancos estrangeiros. E é óbvio, também, que esses últimos orientarão os seus empréstimos, com recursos captados internamente no Brasil, preferencialmente para empresa estrangeiros que aqui mantêm filiais, o que irá facilitar, ainda mais, a transferência do controle de empresas e da produção nacional para as referidas instituições, além de tornar o país mais vulnerável às especulações cambiais.

Enquanto se decide lentamente o futuro da legislação que regulará o BC e o sistema financeiro, aprova-se a implantação de um novo sistema de pagamentos, que deverá entrar em funcionamento em abril de 2002, o qual alterará toda a rotina dos bancos e de todos os seus clientes, com base em regras emanadas do Banco de Compensações Internacionais (BIS), com apoio do FMI.

Para países como o nosso, a implantação desse sistema é prematura. O Brasil só deveria introduzir tal sistema quando este fosse adotado pela nação líder do continente e do mundo, os Estados Unidos.

Acrescente-se a tudo isso o fato de não serem conhecidas, também, as justificativas para serem autorizadas, apenas nos últimos três anos, investimentos de capitais estrangeiros de cerca de US\$ 100 bilhões, aproximadamente 21% de nosso PIB, sem o amparo da

regulamentação do artigo 172 da Constituição – na maior desnacionalização de nossa história – nas áreas financeira, de telecomunicações, de energia, de setores industriais, comerciais e agrícolas. Por analogia, é o autêntico "takeover" de empresas brasileiras por empresas estrangeiras, com o agravante de que, na realidade, o fazem com o equivalente aos juros anuais de nossa dívida externa, pagos nos últimos três anos, no total aproximado de US\$ 100 bilhões. Não houve, portanto, entrada líquida de recursos em nosso país. Tudo se passando como se nos pagassem com nossos próprios recursos (caso único na atual conjuntura mundial). Ainda mais, as empresas estrangeiras, financeiras ou não-financeiras, vieram se estabelecer no Brasil para auferir lucros, os quais serão remetidos para o exterior, pressionando o nosso balanço de pagamentos nos anos vindouros. Ressalve-se que se as mesmas se ligarem ao ramo de exportação, pelo menos estarão contribuindo para angariar preciosas reservas.

O Brasil não está participando da globalização dos mercados mundiais, o que seria normal em face da ideologia econômica vigente, em que pese a existência da Organização Mundial do Comércio. O Brasil está sendo globalizado, usando-se esse termo como eufemismo para desnacionalizado. E é importante ressaltar que esse grande desnacionalização de nossas empresas, como está comprovado, não tem gerado receitas suficientes para reduzir a nossa enorme dívida externa, de US\$ 230 bilhões (R\$ 598 bilhões), equivalente ao total de nossa dívida pública interna mobiliária federal, em poder do público, em junho deste ano, no valor de R\$ 597,3 bilhões. O volume conjunto dessas duas dívidas corresponde ao valor atual do nosso PIB.

A economia brasileira continua excessivamente vulnerável a crises de confiança nos mercados interno e internacional, não atenuáveis mesmo com a abertura que permitiu a investidores externos assumirem o controle de nossas empresas, num processo de globalização em mão única. É uma pena. Terminaremos nos sentindo inquilinos em nosso país.

*Carlos Brandão e João Ary de Lima Barros - ex-presidente e ex-diretor do Banco Central, respectivamente.

Maré Baixa

Mais uma vez a expectativa. Dentre tantas, deparamo-nos com mais um momento que querem “eles” que seja decisivo – é o fluxo da maré das privatizações. Foi assim com todas as outras já implementadas alimentando os “tubarões”.

Estamos resistindo. Não somente pela luta que vimos empreendendo, há cerca de seis longos anos. É que nos surge sempre, em momentos aflitivos, como o que estamos vivendo, um fato salvador que faz o recuo “deles”.

Para a nossa satisfação, com toda a falência arquitetada e praticada para desmoralizar, o Saneamento Básico brasileiro continua na gestão pública, preservando os recursos hídricos como um patrimônio genuinamente nacional. Pulverizada há raríssimas exceções incipientes, malfadadas, já com sinais de fracassos, porém, camufladas para não atrapalharem o interesse maior, mantido a um custo altíssimo, imagina-se!

O Projeto de Lei inaugural foi aquele PLS da má-fé do Dr. Serra que queria “serrar” mesmo o Saneamento Básico nos estados, isto é, o abastecimento de água na Metrópole seria para o maligno PODER CONCEDENTE do governo estadual. Era a isca para os “tubarões” intercontinentais - as empresas estaduais de água seriam leiloadas em valores que só o capital especulativo teria o poder de compra, como imaginado nos acordos com o FMI; o abastecimento fora da Metrópole ficaria com as Prefeituras que, economicamente combatidas, não bancariam os custos dessa atividade vital para o ser humano. Lá, a universalização tão decantada ficaria para a utopia.

“Rolou pra cá... rolou pra lá” e lá ficou com o seu criador! Mas o seu mentor, comprometido, continua inquieto e persistente, daí surgem mais Projetos.

Agora é o tal PL 4.147/01. É mais uma edição do conto que querem nos aplicar. Pretendem “eles” que seja debatido na Câmara dos Deputados em Brasília, no próximo dia 23/10. Correndo nos parâmetros imaginários “deles”, no dia seguinte já estará em votação no Plenário.



Foto de Arquivo

Os empregados da CEDAE precisam participar da luta pela preservação do Saneamento no setor público, e a grande trincheira é o Congresso Nacional.

Há rumores de que o governo, a exemplo de votações de projetos anteriores que tocaram nos seus interesses, colocará, naquela Casa, toda a sua força representada nas suas bases aliadas para aprová-lo,

como está disposto no Substitutivo do Deputado Relator que é do PSDB, acrescido, certamente, de emendas de interesse governamental. Daí para a sanção seria rápido, pois enFIM é o FMI atendido em

face dos compromissos impostos ao governo brasileiro. O capital internacional ficaria em festa.

Tudo bem! Estará montado o grande Teatro de Fantoques. Podem ser a maioria mas não serão unanimidade, pois temos certeza de que na base do governo haverá dissidências. Lá, como brasileiros verdadeiros, transformaremos em Teatro de Arena, apoiando os nossos aliados gladiadores que têm a consciência de que o amanhã será o presente de seus descendentes agradecidos e orgulhosos de seus ancestrais.

Olho por olho, dente por dente, a vingança não tardará para os infiéis patrícios. Pena que hoje, para “eles”, a nossa soberania é menor e que pode o Brasil ser transformado num possível quintal, com dimensões continentais. Essa submissão nega os compromissos que os elegeram. Cegam-se a ponto de não perceberem que 1/3 da população brasileira, isto é, 58 milhões, vive abaixo da linha de pobreza - miseráveis e, como tal, não disporá de recursos financeiros para beber água. O outro 1/3 é pobre, a caminho da miséria se não invertermos essa via-crúcis.

O fato salvador surgiu! É questão de tempo e de pouco tempo para o refluxo da maré. O investimento externo está em fuga. Já tocou no patamar de 50%. Razões óbvias explicam – há uma insegurança internacional, pois a globalização se presta, também, para isso.

Se aprovarem uma decisão que redunde em privatização no âmbito estadual ou municipal, vão ganhar mas não vão levar. A mercadoria vai encalhar e até as eleições, já tão pertinho, estará deteriorada.

Pensem enquanto há tempo. Saneamento Básico é coisa pública de responsabilidade na execução compartilhada entre a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, como preconiza o Art.23 da Constituição. Exijam que o governo libere os recursos disponíveis, para aplicação na qualidade de vida de todos nós brasileiros.

Dario Mondego
 Presidente

Unanimidade

Ninguém quer, mas FHC insiste na aprovação de lei que facilita privatização do setor

Polêmico, ilegal, inconstitucional, violador do pacto federativo, pois aponta para a outorga não onerosa - o Projeto de Lei do Executivo - PL 4.147/01 - que defende e cria regras para a privatização do Setor de Saneamento Básico - continua sua trajetória no Congresso Nacional. Trajetória esta que está mobilizando setores progressistas da sociedade brasileira, assustada com a possibilidade de que o governo FHC consiga, às vésperas de deixar o Planalto, entregar de mãos beijadas ao capital internacional as empresas do Setor - que, hoje, movimentam mais de R\$ 8 bilhões/ano e

cerca de 100 mil empregos diretos.

Além disso, devido à política do governo FHC de contingenciamento de recursos para o Setor, há recursos públicos garantidos para o Saneamento de cerca de R\$ 5,6 bilhões/ano para os próximos oito anos - provenientes de fontes tradicionais de financiamento do setor. Ou seja, hoje, o Saneamento Básico brasileiro é um verdadeiro "filé mignon", que está provocando a cobiça de grandes empresas internacionais - que "brigam" também para garantir, através da compra das estatais do Setor, o controle sobre dezenas de milhares de empregos e as fontes de abastecimento brasileiras,

considerando-se a escassez da água em várias partes do planeta.

Nos próximos dias, a Câmara dos Deputados vai promover uma grande audiência pública para discutir e protestar contra o projeto do Executivo, que ignora que a água, o esgotamento sanitário, a coleta e destino final do lixo, o controle de vetores, além da drenagem - em síntese, o Saneamento Básico não pode ser negociado como uma mercadoria qualquer. Afinal, trata-se de um setor que tem influência direta sobre a saúde pública. E a saúde de um povo, a saúde de uma nação não se vende, não se negocia.

Há anos, a ASEAC vem defendendo o Saneamento público, como fator de geração de qualidade de vida. E às vésperas deste momento crucial, resolveu publicar uma edição extra de seu jornal, para conclamar a população fluminense a encher as galerias da Câmara dos Deputados. Vamos todos juntos dizer não à privatização de nossas empresas de Saneamento. Os exemplos da crise de energia, dos aumentos abusivos dos serviços de energia elétrica e de telefonia demonstram que precisamos impedir mais este golpe contra a nação brasileira.

Gestão compartilhada

Cedae deve abrir suas portas à sociedade

Para o Diretor da Federação Nacional dos Urbanitários e do Sindicato dos Trabalhadores em Serviços de Saneamento e Meio Ambiente do Rio de Janeiro - Sintsama - Roqueirán Miranda Lima, mais conhecido como Roque, é importante conscientizar a todos que a privatização das empresas de Saneamento vai trazer conseqüências não apenas à saúde da população: "Vai aumentar em muito o desemprego e trazer a desestruturação do parque industrial brasileiro. Já está comprovado que, com a privatização das estatais, as novas concessionárias estrangeiras passam automaticamente a comprar materiais e equipamentos em seus países de origem, gerando empregos lá, reduzindo os nossos aqui e quebrando o parque industrial nacional".

Para Roque, a questão não se resume aos dias 23 e 24 de outubro, tanto que aqui no Estado do Rio, várias Organizações não Governamentais, como a FASE, a FAM-Rio (Federação das Associações de Moradores do Município do Rio), a FAMERJ (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio), MUB (Movimento Urbano da Baixada), MAB (Movimento de Associações de Moradores de Nova Iguaçu e Região), FEMANC (Federação de Associações de Moradores de Queimados e Região), além de associações de técnicos e sindicatos, como o Sintsama têm feito um trabalho nas bases eleitorais dos deputados federais, explicando aos seus eleitores o risco de privatização do Saneamento.

"Estamos fazendo este trabalho desde abril, aqui no Rio de Janeiro, e a receptividade da população têm sido muito boa. O

medo é com relação ao aumento das tarifas e também que as populações mais pobres fiquem sem os serviços de Saneamento, considerando-se que a iniciativa privada visa ao lucro financeiro e não ao lucro social".

Segundo Roque, a previsão é de que setores contrários ao projeto encham o Plenário da Câmara com pessoas de alta representatividade, como prefeitos das capitais e de cidades menores, além de representantes de profissionais do setor, entre as quais a Associação dos empregados de Nível Universitário da CEDAE (ASEAC), Conselho Nacional de Saúde (CNS), Ordem dos advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Ao todo cerca de 10 mil pessoas devem ir à capital federal para pressionar os parlamentares.

Para os empregados da CEDAE, Roque falou sobre a importância de os empregados da CEDAE se engajarem nesta luta em favor do Saneamento Público e defendeu a importância do governador Anthony Garotinho (PSB) abrir às portas da Empresa à população: "Hoje, o governador utiliza a CEDAE como seu principal instrumento de política eleitoral. Aparentemente, ele recuou e não vai mais privatizar a Companhia. Mas, isto é pouco: é preciso ouvir a sociedade, ouvir as prefeituras. A CEDAE tem de abrir às suas portas à sociedade fluminense para que esta seja cogestora do Saneamento Ambiental no Estado" - defendeu. Por isso, finalizou, é fundamental que todos da CEDAE lutem contra esta lei - que facilita a privatização das empresas de Saneamento do nosso país.

Roque conclama os empregados da CEDAE a lutarem por uma Empresa que ouça a sociedade e os municípios, unida em defesa do Saneamento Público

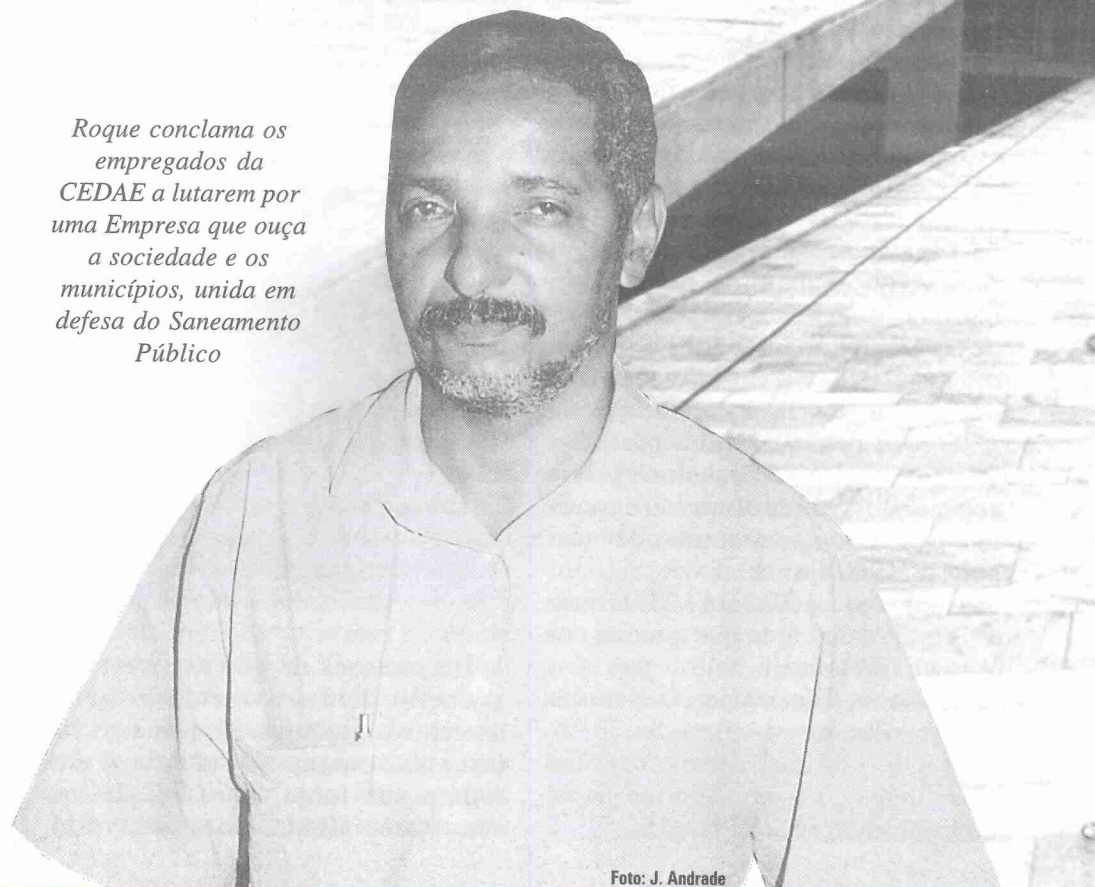


Foto: J. Andrade

le contra

Brasília vai pegar fogo nos próximos dias, quando segmentos da sociedade organizada vão lotar o Plenário da Câmara dos Deputados, durante a Comissão Geral (uma grande audiência pública), convocada para o próximo dia 23 de outubro, para discutir e protestar contra o projeto de lei do Executivo (PL 4.147/01).

Foi convocada uma mega mobilização para lotar as galerias do plenário da Câmara e mostrar o repúdio à proposta do governo. Cerca de 200 a 270 dos 513 deputados já estão engajados no movimento, que cresce a cada dia. Por parte da oposição e de setores da sociedade que discordam do projeto de lei, a estratégia é adiar a votação do PL 4.147/01 para 2002. O jogo vai ser pesado, tanto por parte do governo federal quanto por parte dos prefeitos, que estão exigindo mudanças na proposta do Executivo, considerando-se que esta retira dos municípios o poder concedente dos serviços de Saneamento. Para engrossar as dificuldades do Executivo, pesa o fato de que 2002 é um ano eleitoral, quando será mais difícil votar um projeto que contraria interesses po-

pulares, além do que, às vésperas de anos com estas características, os parlamentares não se atrevem a descontentar suas bases eleitorais, ou seja, os prefeitos e seus municípios.

No dia 23, durante os debates, os prefeitos vão se mobilizar para garantir a titularidade da gestão sobre os serviços de Saneamento, garantida pelo artigo 241 da Constituição de 88. Enquanto isso, forças do governo vão tentar aprovar o PL 4.147/01 sem grandes modificações, para, no dia seguinte (24/10), aprová-lo na Comissão Especial de Saneamento e, logo a seguir, levá-lo a Plenário.

Na Câmara dos Deputados, o quartel general da mobilização contra a privatização do Saneamento é a comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara, presidida pelo deputado Djalma Paes (PSB-PE). Segundo ele, o substitutivo do relator Adolfo Marinho se restringe à uma simples Política Nacional de água e esgoto abandonando o conceito de Política Nacional de Saneamento Ambiental. Ele questiona ainda a falta de representatividade dos trabalhadores, que não foram contemplados no Conselho Nacional proposto no projeto, e lembra que não há no PL 4.147/01 nenhuma menção às Conferências Nacionais de Saneamento, como instrumentos de política nacional.

NEMDEUS APROVA

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB –, que vem defendendo nas missas e pregações a defesa da água como bem essencial e não privatizável, será uma das atrações do debate. O cardeal Primaz do Brasil, D.Geraldo Majella Agnello, arcebispo da arquidiocese de Salvador, engajou a Ação Social Arquidiocesana na campanha pela rejeição à proposta. Aliás, este posicionamento e mais um abaixo assinado popular com 75 mil assinaturas têm dificultado a privatização da EMBASA, Empresa de Saneamento da Bahia.

Durante a Conferência Geral, os municípios e os prefeitos estarão representados por diversas entidades, como a Associação Brasileira dos Municípios, Confederação Nacional dos Municípios, Frente Nacional dos Prefeitos, Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento – Assemae. Por sua vez, os estados e governadores estarão representados pelo Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Saneamento e Associação das Empresas Estaduais de Saneamento Básico.

*Saneamento faz
 Congresso Nacional
 passar por prova de fogo*



Foto: Agência JB

Fotos: divulgação

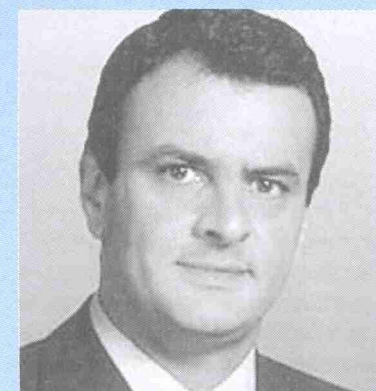


Adolfo Marinho, também do PSDB, é o relator do polêmico projeto que viabiliza a privatização do Saneamento



“Prefiro esperar as conversas que estão sendo realizadas entre o relator Adolfo Marinho e a Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental.”

Jutahy Magalhães Júnior (BA)
 Líder do PSDB na Câmara dos Deputados



“Não é possível que um assunto dessa importância seja votado sem negociação.”

Aécio Neves (PSDB/MG) -
 presidente da Câmara dos Deputados

Racha na base governista

Interesses de FHC entram em rota de colisão com o Congresso Nacional

O movimento contra o PL 4.147/01, interpretado pela maioria dos parlamentares como um projeto que defende a privatização da água, já provocou um racha na base governista. O próprio presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves (PSDB-MG), é um simpatizante. A prova disso é que ele concordou com a retirada da urgência constitucional do PL 4.147/01, que resultou em adiamentos sucessivos das votações. Cauteloso, no entanto, Aécio evitou fazer uma análise da proposta do Executivo:

“Desejo um entendimento entre as principais forças políticas para viabilizar a votação do projeto de lei. Não é possível que um assunto dessa importância seja votado sem negociação. Acredito na possibilidade de um entendimento e estou fazendo força para isso”.

O presidente da Câmara dos Deputados evitou também dar palpites sobre o substitutivo do seu colega de partido Adolfo Marinho e desconversou quando indagado sobre a privatização do setor. “O governo garante que não quer privatizar nada”.

Já os líderes dos cinco partidos da base governista PSDB, PMDB, PFL, PPB e PTB admitem que é difícil um consenso sobre a proposta. Mas todos



Líderes dos cinco partidos da base governista admitem que é muito difícil chegar a um consenso sobre a proposta do Executivo

são unânimes em defender que a posição final sobre a proposta deve aguardar os debates na Comissão Geral. “Só depois é que poderemos adotar uma posição definitiva”, anunciou o líder do PMDB na Câmara, deputado Geddel Vieira Lima (BA). Da mesma forma, o líder do PSDB, Jutahy Magalhães Júnior (BA), prefere esperar as conversas que estão sendo realizadas entre o relator Adolfo Marinho e a Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental. “Tenho esperança na evolução dessas negociações”, afirmou.

Já o líder do PFL, deputado Inocêncio de Oliveira (PE), que é médico, considera o projeto “um assunto muito delicado porque envolve a saúde pública”. “Vamos aguardar os resultados dos debates na Comissão Geral”, insistiu Inocêncio. Por sua vez, o líder do PTB na Câmara dos Deputados, Roberto Jefferson (RJ) vai convocar uma reunião de bancada para que os deputados tomem posição sobre o assunto. “A crise da água é uma realidade que preocupa governos em todo o mundo. Temos que tratar o tema com cautela”, comentou. O líder do PPB, Odelmo Leão (MG), defendeu que a proposta só seja votada após um entendimento com os setores envolvidos.

Oposição unida contra o governo

Embora cautelosos, a verdade é que poucos deputados dominam os detalhes técnicos das propostas em debate. A questão, embora prioritária, ainda não conseguiu arrebatar o debate político, voltado para a crise energética e para os atentados terroristas em 11 de setembro nos Estados Unidos. Entretanto, muitos deputados governistas admitem nos bastidores que os problemas nas privatizações de setores como o da telefonia e do setor energético alertaram para a necessidade de não se repetir as mesmas falhas com o Saneamento Básico. Além disso, temem também que a proposta do governo seja apenas uma estratégia para facilitar a venda das concessionárias estaduais.

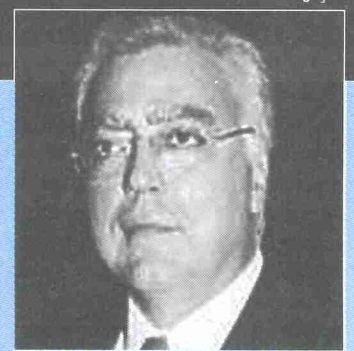
Os partidos de oposição estão unidos contra a proposta do governo. O líder do PDT na Câmara dos Deputados, deputado Miro Teixeira (RJ), denunciou que o projeto é mais uma tentativa de transferir dos municípios para os estados o controle legal sobre a água e o esgoto. “Trata-se de uma forma hábil de privati-

zar o setor, estimulando a estadalização”, atacou Miro. Ele admite que todas as críticas feitas à modelagem do processo de privatização de outros serviços públicos estão ajudando a barrar o PL 4.147/01. “Este projeto é contrário aos interesses nacionais. As empresas estaduais de Saneamento foram construídas com o dinheiro público e agora serão vendidas com as redes construídas para que as empresas possam começar a faturar no dia seguinte, com pouco trabalho e investimento”, criticou Miro. Para o deputado, a divisão da base governista está favorecendo às mudanças no projeto. Segundo ele, se houver um acordo para melhorar o substitutivo do relator é possível votar a proposta até o final do ano.

Os prefeitos estão unidos pelo controle do saneamento. Em São Paulo, no encontro da Frente Nacional dos Prefeitos foi aprovada uma carta, em 23 de agosto, que já foi entregue em audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso no Palácio do Planalto. O projeto do governo foi criticado até pelo tuca-

no Luiz Paulo Vellozo Lucas, prefeito de Vitória. O prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, acredita que a perda da titularidade vai agravar os problemas sociais já existentes, dificultando o atendimento das demandas da população. “Alertei o presidente de que a situação pode piorar”, frisou. Os prefeitos pediram ainda ao relator Adolfo Marinho que mantenha a titularidade municipal do saneamento.

O substitutivo do deputado Adolfo Marinho representa um avanço em relação ao texto do governo, mas ainda contém ameaças, principalmente, quanto à possibilidade de estadalização dos serviços de saneamento e de privatização da água. “Ainda existem mudanças significativas a serem incorporadas para que o projeto se torne uma proposta de regulamentação do saneamento como um serviço público essencial à saúde, que não pode ser confundido com um negócio para ganhar dinheiro”, anunciou o coordenador da Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental, o engenheiro sanitário baiano Abelardo de Oliveira Filho.



O projeto do Executivo para o setor de Saneamento Básico é contrário aos interesses nacionais. As empresas estaduais são um patrimônio público.
Deputado Miro Teixeira (RJ)
- Líder do PDT na Câmara dos Deputados

Governo ironiza a questão

Ferrenho defensor da proposta original do governo, o ministro-chefe da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Ovídio de Ângelis afirmou que, se for convidado, comparecerá à Comissão Geral: "Ao encaminhar o projeto ao Congresso, o Executivo esgotou sua tarefa. Foi mais de um ano de trabalho. Agora, se os parlamentares quiserem mudar a proposta, estão no papel deles".

Ovídio de Ângelis evitou comentar as alterações feitas pelo deputado Adolfo Marinho (PSDB/CE) ao texto governista. "Não acho que o substitutivo vá desfigurar a proposta do governo. Estou na posição de respeitar o trabalho do Legislativo, mas prefiro não fazer avaliação, para que ela não seja interpretada como uma ingerência".

Ele considerou ainda que a proposta do governo nada tem a ver com privatização. "A privatização já existe", ironizou. "Só falta regulamentar a atividade dentro da ordem jurídica equilibrada, que defenda os interesses dos partícipes do processo, gerando confiança nos investimentos. Aliás, se não houver uma definição segura da questão da titularidade, dificilmente será atingida a meta de universalização até 2010", alertou. Segundo o Ministro, cálculos mais atualizados apontam para investimentos superiores a R\$ 50 bilhões para que a meta de universalização dos serviços de Saneamento seja atingida. O cálculo de R\$ 44 bilhões foi feito em 1998, já superado, e levava em conta a necessidade de R\$ 7 bilhões para levar a toda população brasileira o abastecimento de água, R\$ 20 bilhões para as redes de esgoto, R\$ 10 bilhões para o tratamento dos dejetos e pelo menos mais R\$ 7 bilhões para a reforma do sistema atual, que apresenta danificações.

Ao afirmar que o governo não tem motivo para forçar uma privatização das estatais do Saneamento, ele defendeu um novo modelo de gestão para as empresas do Setor, de forma que elas possam evitar perdas operacionais de R\$ 1,5 a R\$ 2 bilhões e mais R\$ 1 bilhão em despesas com o não pagamento das faturas pelos usuários. Segundo o Ministro, das 27 empresas estaduais, sete estão em situação equilibrada, quatro necessitam de ajustes pequenos para se viabilizar e 16 empresas lutam com dificuldades.

FHC fechou torneiras para empresas públicas

Se quisesse, governo poderia investir R\$ 5,6 bilhões/ano em Saneamento

Foto de Arquivo



Em vez de meio de vida, Saneamento virou meio de morte no Brasil de FHC

A desculpa do governo FHC de que é preciso privatizar as empresas de Saneamento, porque não existem recursos públicos no país suficientes para estender os serviços de água tratada e esgotamento sanitário a toda população brasileira é uma falácia.

A conclusão é do deputado Sérgio Novais (PSB/CE), que, após fazer um levantamento dos recursos contingenciados para o Setor pela atual política do governo, chegou a cifra de cerca de U\$ 1,5 bilhão/ano, ou seja, R\$ 5,6 bilhões/ano.

Esses recursos são de fontes tradicionais de financiamento do Setor de Saneamento Básico, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS -, nos cofres da Caixa Econômica Fe-

deral (CEF); o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT - nos cofres do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os recursos do orçamento da União.

Segundo Sérgio Novais, o FGTS, principal fonte de financiamento do Saneamento Básico, está proibido, através de Resolução do Banco Central, de financiar as empresas públicas. Ou seja, seus recursos estão contingenciados desde 1999: "Em 1998, tivemos a liberação de R\$ 1,652 bilhão; em 1999, nenhum tostão foi liberado; em 2000, tivemos a liberação de R\$ 76 milhões. Isto significa dizer que temos disponíveis no Fundo de Garantia pelo menos cerca de R\$ 5,4 bilhões para investir apenas em Saneamento Básico", concluiu o deputado.

O triste, explicou o parlamentar, é que

esses recursos estão sendo desviados para a rolagem da dívida pública. Outra fonte de financiamento do Setor que não vem sendo utilizada é o Orçamento Geral da União: "Em 2000, estavam previstos no Orçamento cerca de R\$ 800 milhões para o Saneamento, mas apenas 20% deste total foi liberado. E a grande pergunta é: por quê?".

A última fonte tradicional de financiamento do Saneamento Básico é o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT -, que também está proibido de investir no Setor, através de Resolução do Banco Central. Nos cofres do BNDES, existem hoje R\$ 26 bilhões do FAT, sendo que desse total, pelo menos 10% são recursos carimbados para o Setor de Saneamento Básico - cerca de R\$ 2,6 bilhões.

Para Sérgio Novais, existe um "processo de garroteamento no Setor, que se apresenta com o argumento de que o governo não tem recursos. Isto é mentira! Existem os recursos, recursos carimbados e o governo não investe propositalmente. A prova disso é que o BNDES se recusa a financiar as empresas públicas estatais, mas libera recursos para as empresas públicas privatizadas, em poder de multinacionais".

Ao finalizar, o deputado do PSB explicou que se utilizarmos os cálculos do próprio governo de que são necessários cerca de R\$ 40 bilhões para resolver o déficit de Saneamento Básico em todo o país, em oito anos tudo estaria equacionado, apenas com os recursos públicos disponíveis para o Setor: "Falta uma definição política para que os recursos sejam liberados e esta definição será resultado da mobilização da sociedade brasileira" - sentenciou Sérgio Novais.

Aliás, para o prefeito de Vitória, Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB/ES), a definição de uma política para o setor de Saneamento passa necessariamente pela questão do desenvolvimento urbano: "Aliás, o que define o modelo é uma estratégia pública e nós não temos esta estratégia. O Saneamento é uma questão urbana e o governo está equivocado quando ignora isto em seu projeto de lei". Com relação ao contingenciamento de recursos do Saneamento, o tucano vai mais longe: "Todo o país perde com este contingenciamento, principalmente a população brasileira. É mais um equívoco do governo", finalizou.

Gestão compartilhada

Associação de Prefeitos do Rio discute o modelo com o governador

O governador do Rio, Anthony Garotinho (PSB), e o presidente da Associação de Prefeitos dos Municípios do Estado (APRMERJ), Luiz Fernando de Souza (PSB) - mais conhecido como Pezão - vão se reunir na próxima quinta-feira (dia 18/10), no Palácio Guanabara, para o início de entendimentos destinados a viabilizar a implantação prática da gestão compartilhada do Saneamento Básico no Estado. Pezão e os outros prefeitos do interior reivindicam uma maior participação das prefeituras na gestão da CEDAE, através da discussão de uma política de Saneamento para o Rio de Janeiro, que contemple o interior, principalmente no que refere a questão do esgotamento sanitário.

Segundo Luís Fernando de Souza, o encontro foi agendado no último final de semana, quando o governador esteve em Pirai para participar de inaugurações de obras de Saneamento.

Aliás, explicou Pezão, se depender da maioria dos prefeitos do interior do estado, dificilmente o Projeto de Lei PL 4.147/01 - através do qual o governo tenta estabelecer regras para a privatização do Setor de Saneamento Básico - vai ser aprovado pelo Congresso Nacional:

- Não tenho ainda a visão de todos, mas pelo menos 90% dos prefeitos são contra a privatização. Pessoalmente, acho que o caminho para solucionar os problemas de Saneamento é o da parceria - afirma Luiz Fernando.

Prefeito da cidade de Pirai, na Região Sul Fluminense, que está praticamente atingindo a universalização do abastecimento de água aos seus 23 mil habitantes, graças à parceria que mantém com a CEDAE, Pezão se declara integralmente a favor do Saneamento Público, da gestão pública do Setor. Segundo ele, seu município - assim como a maioria no interior do Estado do Rio de Janeiro - precisa de sistemas de esgotos, e as soluções terão de ser buscadas de maneira conjunta, através da parceria.

- Acho que a solução é aumentar as

parcerias entre o estado e os municípios. Sou a favor da empresa pública, mas a CEDAE - assim como as demais empresas estaduais de saneamento - tem de melhorar mais, tem de estar mais próxima das prefeituras, desenvolvendo um modelo de gestão conjunta com as prefeituras, que contemple os interesses dos municípios do interior - afirma Luiz Fernando de Souza. "Não posso ficar culpando o governador pelas obras que não fiz. Eu entendo as dificuldades da empresa, principalmente com o fechamento das linhas de financiamento, mas temos que encontrar uma solução", diz o presidente da APRMERJ.

Em seu município, o prefeito de Pirai garante que essa parceria com a concessionária estadual tem funcionado bem: "Quando a CEDAE precisa, eu empresto carro, gente, dou tubos, o que for necessário para que eles executem as obras técnicas. Dessa forma, hoje temos o abastecimento praticamente universalizado no município", explica.

Luiz Fernando criticou a postura do governo federal com relação ao Saneamento, através da qual vem contingenciando os recursos para o setor. Para "Pezão", o governo precisa mudar sua visão, pois a maioria ainda vê o Saneamento Básico como despesa, não como investimento em Saúde. "É um verdadeiro absurdo, por exemplo, fechar as linhas de crédito que existem na Caixa Econômica Federal, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e no BNDES para as empresas públicas e liberar para as empresas privadas ampliarem os sistemas. Deveriam pelo menos das as mesmas oportunidades às empresas públicas", critica o prefeito.

Com relação à mobilização para acompanhar a votação da lei do Saneamento, o prefeito de Pirai acha que não vai ser muito fácil para o governo aprovar o seu Projeto de Lei (PL 4.147/01).

- A idéia de privatizar o Saneamento vai ter de ser revista. Está aí a crise de energia para demonstrar o fracasso desta política de privatização das empresas públicas. A Sabesp (concessionária estadual paulista de

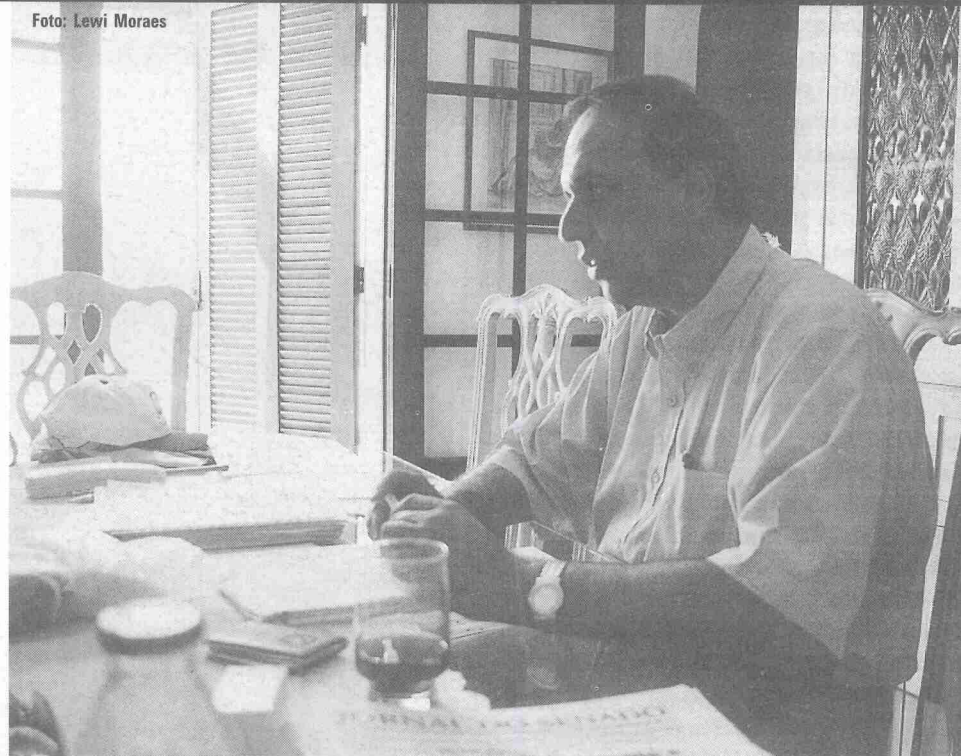


Foto: Lewi Moraes

O prefeito Pezão defende a participação dos municípios na gestão da CEDAE

Saneamento) já se posicionou contrária à privatização. E com certeza, o governo de São Paulo, a bancada paulista vai pressionar para impedir a aprovação deste projeto de lei, "não vai ser fácil retirar dos estados o poder que eles têm nessa questão do Saneamento - garante Pezão.

Do ponto de vista técnico, o presidente da APRMERJ também acha muito difícil o governo federal viabilizar seus objetivos. Isto porque, a maioria das pessoas está preocupada apenas com a distribuição e se es-

quecem da ponta da produção. No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, a água que abastece a capital sai do rio Paraíba do Sul, cerca de 100 km de distância. E este rio, que vem a ser a principal fonte de abastecimento da Região Metropolitana do estado está poluído, está morrendo. "Muita gente quer privatizar para poder botar o dinheiro em caixa, mas não está preocupado com a gestão, a preservação da água. E o Paraíba do Sul é o grande exemplo disso", concluiu o prefeito de Pirai.

Jornal da ASEAC
ASEAC

Associação dos Empregados de Nível
Universitário da CEDAE.

Rua Sacadura Cabral nº120, salas 601/ 602/ 607/ 902 - RJ. Tel: (021) 263 6240 - Telefax: 253 7482.
Home Page: www.aseac.com.br / E-mail: aseac1@ism.com.br

IMPRESSO

<input type="checkbox"/>	mudou-se
<input type="checkbox"/>	recusado
<input type="checkbox"/>	desconhecido
<input type="checkbox"/>	endereço insuficiente
<input type="checkbox"/>	não existe nº indicado
<input type="checkbox"/>	falecido
<input type="checkbox"/>	ausente
<input type="checkbox"/>	não procurado
Reintegrado ao serviço postal	
Em	_____
Em	_____
Carteiro	

